

ARTIGO | *PAPER*

A CERÂMICA DO PERÍODO COLONIAL DO VALE DO MACACU, RIO DE JANEIRO: UMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA

Cleide Coelho Trindade^a
Marcos André Torres de Souza^b

a Mestre em arqueologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: cleidetrindade@gmail.com

b Professor associado do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq); pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: torresdesouza@yahoo.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da análise diacrônica das cerâmicas provenientes de quatro sítios históricos localizados na região do Vale do Macacu, que se situa na margem nordeste da Baía de Guanabara (RJ). Um dos mais importantes centros de produção agrícola do Rio de Janeiro no período colonial, essa região abrigou uma população muito diversa, composta por indígenas, africanos e europeus, que mantiveram diferentes níveis de representação demográfica ao longo do tempo. Buscando entender essa diversidade, este artigo explora a variabilidade diacrônica das cerâmicas de uso doméstico de quatro períodos distintos, compreendidos entre os séculos XVII e XIX. Levando em conta a agência criativa dos diferentes sujeitos envolvidos na produção cerâmica, propomos que aí ocorreu um processo de etnogênese.

PALAVRAS-CHAVE

variabilidade cerâmica, diacronia, criatividade cultural, etnogênese, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The goal of this article is to present the results of a diachronic analysis of pottery from four historical sites located in the Vale do Macacu region, northeast margin of Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil. One of the most important centers of agricultural production in Rio de Janeiro during the colonial period, this region was the home of a very diverse population, composed of peoples with indigenous, African and European backgrounds, and who maintained different levels of demographic representation over time. Seeking to understand this diversity, this article explores the diachronic variability of domestic pottery from four different periods, between the 17th and 19th centuries. Taking into account the creative agency of the different individuals involved in pottery production, we suggest that a process of ethnogenesis took place in this region.

KEYWORDS

pottery variability, diachrony, cultural creativity, ethnogenesis, Rio de Janeiro.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

TRINDADE, Cleide Coelho; SOUZA, Marcos André Torres de. A cerâmica do período colonial do Vale do Macacu, Rio de Janeiro: uma perspectiva diacrônica. *Cadernos do Lepaarq*, v. XIX, n.37, p. 301-325, Jan-Jun. 2022.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os principais resultados da análise diacrônica da cerâmica utilitária recuperada em quatro sítios históricos da região do Vale do Macacu, Rio de Janeiro, a partir da pesquisa desenvolvida por Trindade (2021). Essa região, que foi um importante centro de produção agrícola no contexto colonial, se oferece como relevante para esse tipo de análise, uma vez que sua história se entrelaçou com as trajetórias dos indígenas, africanos e europeus que aí viveram, com diferentes representações demográficas ao longo do tempo.

Para este estudo, foram analisadas diferentes áreas de deposição dos sítios Visconde Leste, Morro do Sol, Macacu II e Macacu IV, pesquisados no âmbito do “Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico do Recôncavo da Guanabara — COMPERJ”, coordenado por Maria Dulce Gaspar (2012) (Figura 1). As escavações nos sítios considerados neste artigo revelaram diferentes áreas de concentração de material arqueológico, estruturas de combustão, bolsões de descarte de artefatos, negativos de esteios e estacas, bem como estruturas construtivas de alvenaria. A análise das faianças portuguesas e faianças finas oriundas dos sítios estudados permitiu estabelecermos diferentes intervalos cronológicos que compreendem uma faixa de tempo que se inicia em cerca de 1620, estendendo-se até o início do século XIX. A par dessas informações, procuramos identificar as variações diacrônicas ocorridas durante a ocupação regional, de modo a buscarmos uma aproximação em relação aos diferentes grupos de pessoas que aí viveram, suas práticas culturais e sociais e referenciais étnicos.



Figura 1 – À esquerda: imagem atual de satélite da Baía de Guanabara, vendo-se na sua porção nordeste a região do Vale do Macacu e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), com sua área construída visível na mancha branca, e na margem oeste da baía, o local do núcleo original da cidade, indicado pela área circulado;

à direita: detalhe em que se vê a localização dos quatro sítios estudados em época anterior à construção do

COMPERJ. Fonte: Google Earth.

Levando em conta noções de etnogêneses (especialmente Voss, 2008; Symanski e Gomes, 2012), agência humana (Giddens, 2003) e uso criativo dos recursos materiais (Souza, 2013), este texto busca preencher algumas lacunas da ocupação histórica regional, que, conforme procuraremos demonstrar, foi marcada por um contínuo e dinâmico processo de reconfiguração das práticas culturais e referenciais étnicos dos seus diferentes ocupantes.

O CONTEXTO HISTÓRICO LOCAL: UM BREVE APANHADO

A ocupação histórica da região na qual se inscreve o Vale do Macacu remonta a 1566, quando a primeira sesmaria foi doada, na localidade de Magé. Depois disso, sucederam-se inúmeras outras doações. Sua ocupação definitiva, que não tardou, se iniciou em 1568, com a instalação do primeiro engenho. Na sua maioria, os primeiros sesmeiros foram homens que em 1567 lutaram ao lado de Estácio de Sá para a retomada definitiva da Baía de Guanabara dos franceses e que, por essa razão, eram conhecidos como “primeiros povoadores” (Belchior, 1965).

Essa ocupação, bastante antiga, justificou-se pela geografia da localidade. A região é composta por diversos vales e rios que brotam no sopé da Serra do Mar e deságuam na baía, apresentando-se, desse modo, como um corredor propício à penetração no interior. Sua configuração torna-o também facilmente navegável, favorecendo a comunicação com a cidade. Além disso, possui solos bastante férteis. Por essas razões, desde a fundação do Rio de Janeiro o Vale do Macacu foi considerado como uma verdadeira joia (Belchior, 1965; Lamego, 1964).

Embora aí tenham funcionado engenhos destinados à produção do açúcar, sua principal vocação econômica, estabelecida desde o século XVII, foi a produção de outros produtos agrícolas, destacando-se a farinha de mandioca. O comércio desse gênero teve enorme impulso em função do envolvimento do Rio de Janeiro com um lucrativo negócio estabelecido com a Bacia do Prata. Nesse momento, a cidade passou a servir de entreposto comercial do tráfico atlântico (Boxer, 1973) e de abastecedora de produtos alimentares destinados a Potosí, um grande centro de mineração da colônia espanhola (Canabrava, 1984), que teve no Vale do Macacu o seu principal fornecedor (Abreu, 2010, II, p. 66). Ainda que a economia local tenha sofrido inúmeras flutuações, manteve sua vocação inalterada com a chegada do século XVIII. No século XIX, a produção de gêneros como mandioca, arroz, milho e feijão foi continuada, bem como a de derivados de cana-de-açúcar, conforme dão conta as fontes coevas (Spix e Martius, 1981, p. 91; Saint-Adolphe, 2014).

No começo da ocupação do Vale do Macacu, a mão de obra empregada foi essencialmente a indígena, que, estabelecida no início da colonização brasileira, passou por inúmeras fases (Marchant, 1980). Contribuiu para a presença demográfica relevante de indígenas na região a fundação de São Barnabé, um aldeamento destinado a abrigar indivíduos pertencentes a diferentes grupos do Rio de Janeiro e cujas terras foram concedidas em 1578 (Almeida, 2001). Entre os indígenas escravizados no Rio de Janeiro estavam os que pertenciam a grupos Tupinambá, que à época da colonização ocupavam o entorno da Baía de Guanabara (Fausto, 2000). Incluíam-se também aqueles pertencentes

a outros grupos capturados em incursões ao interior do Rio de Janeiro (e.g. Knivet, 2008, p. 68-113), os trazidos de outras províncias pelos “primeiros povoadores” e seus descendentes (Belchior, 1965) e aqueles que chegaram por meio do tráfico de longa distância feito pelos paulistas em incursões ao Centro-Oeste e Sul do Brasil (Monteiro, 1994). No contexto fluminense, devem ser levados em conta ainda os amplos sistemas de aliança e desafetos que, criados desde a luta contra os franceses, acarretaram o aprisionamento de muitos inimigos dos portugueses (e.g. Perrone-Moisés e Sztutman, 2010). Desse modo, pode-se esperar, para sítios rurais que no Rio de Janeiro tiveram mão de obra indígena, um mosaico de indivíduos pertencentes a diferentes grupos, incluindo os Guarani do Sul do Brasil, ainda que tenha existido maior densidade de Tupi.

Assim como ocorreu em outras regiões brasileiras, a mão de obra compulsória indígena foi sendo paulatinamente substituída pela africana, em função de inúmeros fatores. Uma vez que, conforme se sabe, esse processo foi intensificado no século XVII, tem sido comum a crença de que em meados daquele século ele já tinha se efetivado, passando a escravidão indígena a ter apenas papel marginal, ainda que se considere que o passo dessa mudança variou de região para região (Maestri, 2013, p. 121-138).

A intensificação do tráfico atlântico de africanos para o Rio de Janeiro pode ser vislumbrada nos dados disponíveis no *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, que tem documentados cerca de dois terços das viagens feitas por navios negreiros para as Américas. A Figura 2 apresenta esses dados, registrando o número de pessoas desembarcadas no porto da cidade no período compreendido entre 1601 e 1800, em intervalos de 25 anos. Conforme pode ser notado, as taxas de chegada tiveram um incremento mais significativo a partir do último quarto do século XVII. Com a entrada do século XVIII, elas passaram a apresentar números mais significativos, ultrapassando a casa de 20 mil pessoas. Nota-se aqui que, embora o incremento populacional dos africanos pareça à primeira vista pequeno no último quarto do século XVII, foi representativo para um momento no qual a população local era ainda pequena e sua economia de pouca envergadura, sendo, só a partir do século XVIII, impulsionada pela florescente demanda das regiões mineradoras brasileiras, quando o Rio de Janeiro passou a servir de entreposto comercial de destacada importância no universo atlântico (Florentino et al., 2004).

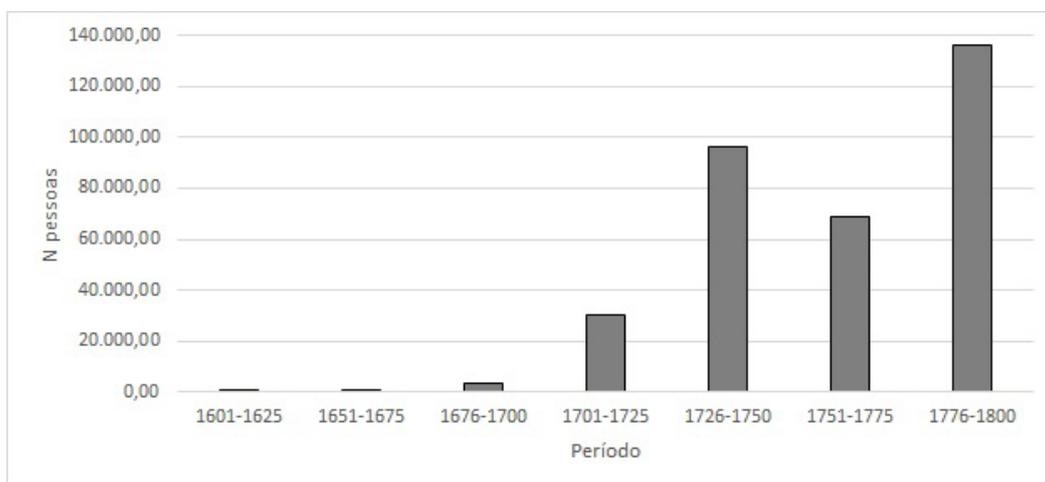


Figura 2 – Africanos desembarcados no Rio de Janeiro entre 1601 e 1800.
Fonte: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database>, acesso em 13/1/2022.

No contexto agromercantil das unidades rurais do Vale do Macacu, aqui apenas sumariamente apresentado, é importante destacar que o trabalho compulsório de ameríndios e africanos foi vastamente empregado, a exemplo do que ocorreu em outras regiões brasileiras. É certo que algumas propriedades eram pequenas, com poucos cativos; outras, no entanto, para o contexto brasileiro, tinham grande porte, com mais de uma centena de escravizados.

CONTEXTOS DE DEPOSIÇÃO E CRONOLOGIAS

No processo de seleção de sítios e áreas para a pesquisa que culminou com este artigo, foi privilegiada a escolha de contextos deposicionais com baixa perturbação e faixas cronológicas com limites fechados. O primeiro sítio considerado, denominado Visconde (Figura 3 B), foi aquele que se apresentou com ocupação histórica mais antiga entre os escolhidos, datando do início do século XVII. Esse sítio foi originalmente dividido em dois polígonos: leste e oeste. A análise limitou-se ao polígono leste, onde uma estrutura de combustão bem definida forneceu a maior parte do material recuperado. Aí foram evidenciados também buracos de esteio, manchas de madeira decomposta que sugeriram a presença de baldrames e uma mancha no solo escurecida por carvão e alta incidência de artefatos, indicando um local de descarte (Gaspar, 2013).

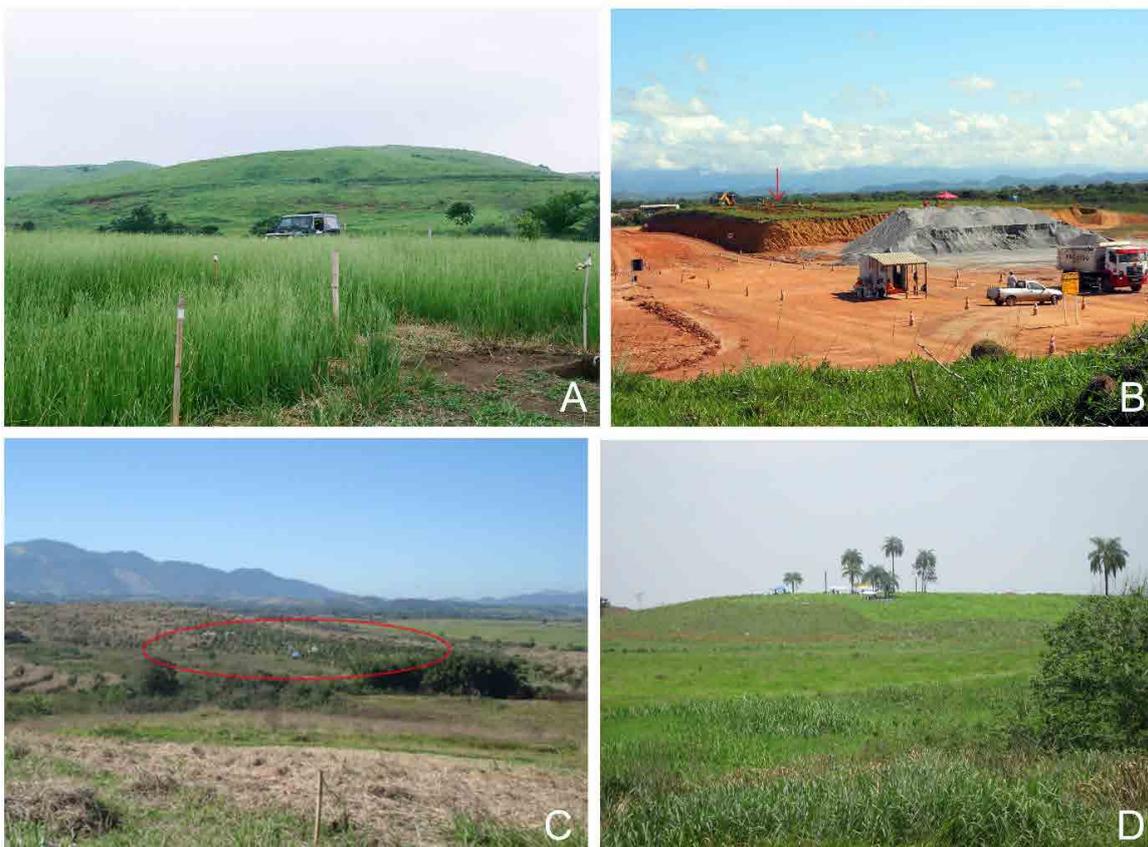


Figura 3 – Sítios arqueológicos estudados. A) Morro do Sol, situado no topo da colina; B) Visconde Leste, com sua localização apontada pela seta vermelha; C) Macacu IV, com sua localização indicada pelo círculo vermelho; D) Macacu II, situado no topo da colina. Fonte das imagens: acervo da Artefato Arqueologia & Patrimônio.

O sítio Morro de Sol (Figura 3A), que, como o Visconde Leste, data da primeira metade do século XVII, foi também dividido em duas áreas de escavação. Na área de deposição denominada E1, destaca-se um bolsão de descarte circular com profundidade de 1,90 m, onde foi identificado um solo escuro em nível mais profundo com alta densidade de material arqueológico. Destaca-se também uma mancha em forma de faixas retilíneas de coloração escura associada a buracos de esteio, o que permitiu à equipe do projeto inferir a presença de uma edificação. Na área E2 foram encontrados, associados a artefatos portáteis, faixas escuras retilíneas e buracos de esteio (Gaspar, 2010).

À diferença dos sítios acima mencionados, o Macacu IV (Figura 3C) apresentou um intervalo de ocupação extremamente amplo, iniciando-se por volta do segundo quarto do século XVII e estendendo-se até pelo menos fins do século XVIII. Possuía, todavia, áreas de deposição com faixas cronológicas mais estreitas. Para esta pesquisa foram selecionadas as áreas E1+2, notadamente mais antiga, e a E3. Na área E1+2, foram evidenciados 12 buracos de esteio e dois de estaca, manchas com pequenos pontos de carvão e, ainda, três faixas retilíneas de coloração escura dispostas paralelamente, sugerindo um espaço de habitação (Gaspar, 2010). Na área E3, foram evidenciados um conjunto de fundações em tijolos com sete cômodos, a presença de cinco buracos de esteio e dois de estaca ladeando a estrutura, além de artefatos em números representativos (Gaspar, 2010).

O sítio Macacu II (Figura 3D) apresentou também um intervalo de ocupação amplo, iniciado em meados do século XVII e estendendo-se até o século XIX. Nesse sítio foram selecionadas três áreas. Na primeira, denominada E1, foi identificada uma estrutura construtiva com cinco a seis pequenos cômodos, com um deles apresentando em seu interior uma estrutura de base circular feita de tijolos. Nessa área, foi encontrada também uma faixa de descarte de artefatos. Foram revelados ainda buracos de esteio e uma estrutura de combustão (Gaspar, 2009). Durante a análise realizada para esta pesquisa, foram encontradas duas faixas diferenciais de deposição, ainda que duas delas tenham se apresentado com cronologias similares. Por essa razão, a área E1 foi dividida em PL1 e PL2. Na outra área, denominada E2, foi considerada uma estrutura de descarte de artefatos, denominada PO1.

Para a definição do comportamento diacrônico das diferentes áreas consideradas – fundamental para os propósitos desta pesquisa –, foi feita a datação relativa de categorias cerâmicas europeias, tendo como referência o método proposto por South (1972). Uma vez que os conjuntos cerâmicos analisados são antigos, esse método foi aplicado, com algumas adaptações, para a identificação das decorações das faianças portuguesas¹, que aparecem em todos os depósitos analisados. Quando havia faianças finas presentes, a cronologia foi refinada, observando-se, nesse caso, o tipo de esmalte. Acerca das estimativas baseadas nas faianças portuguesas, deve ser levado em conta que estas possuem intervalos de produção mal definidos.

1 Entendemos aqui o termo “faiança portuguesa” no seu sentido mais amplo, compreendendo um tipo de cerâmica que, semelhante à terracota proveniente de diferentes regiões europeias, era coberta com esmalte estanífero branco opaco, pintado ou esmaltado com vidro transparente plumbífero ou alcalino e queimado a temperaturas que não ultrapassam 1.200 °C (RICE, 1987, p. 5; BANDEIRA, 2013, p. 111).

Nesse sentido, as datas obtidas devem ser consideradas apenas como aproximações. No total, foram analisados 594 fragmentos de bordas e bases de faianças portuguesas, que cobrem um período compreendido entre 1600 e 1850 (para uma descrição detalhada do método empregado e datas obtidas, ver Souza e Trindade, 2021). A partir das cronologias obtidas, foram estabelecidos quatro agrupamentos que se baseiam no intervalo provável de cada conjunto: 1) entre cerca de 1620 e 1650; 2) entre cerca de 1630 e 1680; 3) entre cerca de 1650 e 1700; e 4) entre cerca de 1670 e 1800. A Figura 4 sintetiza os intervalos cronológicos obtidos para cada sítio e área de deposição.

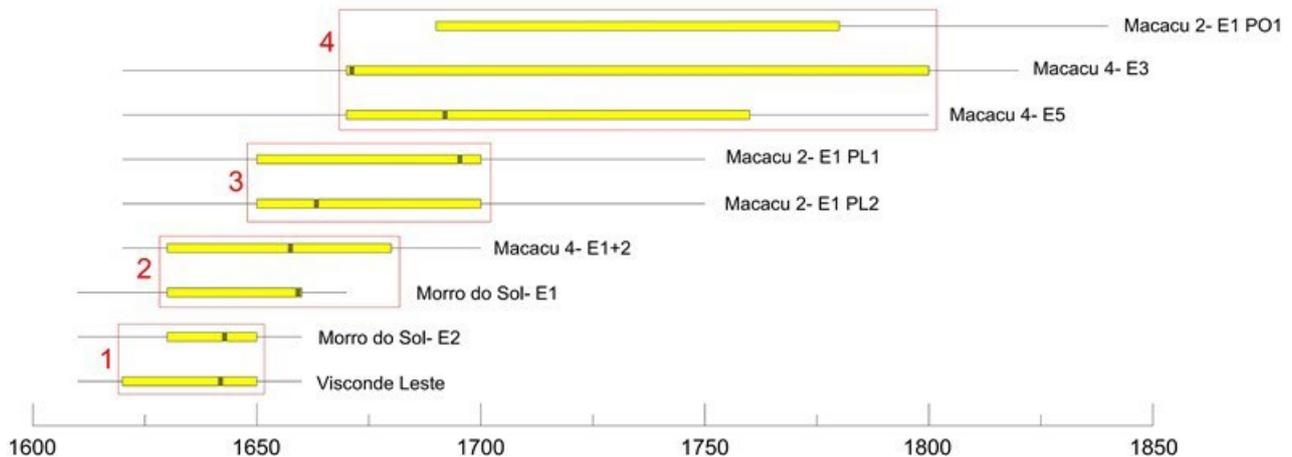


Figura 4 – Cronologias dos sítios e áreas de deposição. As linhas pretas indicam os intervalos de *terminus post quem* e *terminus ante quem* obtidos para cada área; as barras amarelas, o intervalo cronológico refinado, representando o intervalo provável do conjunto; e os pontos pretos no interior das barras, as datas médias. Os agrupamentos em vermelho indicam os quatro períodos estabelecidos.

ANÁLISE DIACRÔNICA DA CERÂMICA

No total, foram analisados 1.838 fragmentos cerâmicos. Vistos globalmente, compõem um agregado extremamente diversificado e difícil de sintetizar. Do ponto de vista da técnica de manufatura, predominaram os recipientes produzidos pela técnica do roletado, seguida do modelado, torneado e moldado, sendo observada também a ocasional combinação de técnicas. As inclusões são predominantemente minerais (com predomínio de quartzo), mas foi observada também a presença de caco moído e carvão. As inclusões minerais tenderam a homogeneidade média, esfericidade alta e arestamento subangular (segundo a classificação de Orton e Hughes, 2003, p. 283). No que diz respeito à função dos recipientes, ficou claro que, na sua maioria, eles compõem conjuntos de uso doméstico, verificando-se, como exceção, a presença de fragmentos relacionados à produção do açúcar. Predominaram as peças usadas no preparo de alimentos, seguidas por aquelas empregadas na estocagem e no serviço e consumo. Foi encontrada também uma diversidade de tipos de tampas, asas e alças. Em relação às decorações, os tipos mais frequentes foram, em ordem de grandeza, a plástica, a crômica e a composta, sendo que cerca de metade da amostra não contou com nenhum tipo de decoração (para uma descrição detalhada desse conjunto, ver Trindade, 2021, p. 78-98).

Em linhas gerais, observou-se pouca variabilidade nas diferentes áreas de deposição de cada período, o que sugere ter havido, em cada um deles, certas preferências locais que estavam sendo compartilhadas. Todavia, algumas puderam ser notadas: foi encontrada maior variabilidade nas decorações de diferentes contextos ligados ao Período 2, maior variedade de funções nos depósitos do Período 3 e alguma variedade nas técnicas de manufatura do Período 4. Atribuímos essa variabilidade dentro de cada período a diferentes fatores, incluindo, principalmente, variabilidades funcionais intra-sítio e diferentes composições dos grupos domésticos que deram origem aos refugos encontrados.

Não obstante ter sido verificada alguma variabilidade dentro de cada conjunto, foi na perspectiva diacrônica que encontramos diferenças mais perceptíveis. A seguir, apresentamos de forma sintética os aspectos que identificamos como os mais relevantes em cada um dos períodos considerados.

Período 1: c.1620-1650

O Período 1 corresponde a um intervalo curto referente aos primeiros anos da ocupação histórica local. No que se refere à cerâmica, esse período pode ser apontado como o que apresentou a maior diversidade de formas e estilos decorativos. Nesse conjunto, um elemento que fica claro é a existência de traços muito marcantes do fazer indígena, conforme o conhecemos dos registros arqueológicos referentes às fases anteriores às interações com os portugueses. Essas influências são perceptíveis nos aspectos técnicos de produção, nas decorações e nas formas.

Na parte tecnológica, um dado que indica essa direção é a incidência de inclusões de caco moído, que, embora baixa (15% da amostra), é relevante, na medida em que esse é um tipo de antiplástico usado na cerâmica Tupiguarani (Prous, 1992, p. 390), mas não em Portugal, e na África seu uso era infrequente. Conforme se sabe, em contextos brasileiros em que houve presença maciça de africanos, esse tipo de antiplástico é raro, tendo apenas ocorrência pontual; quando aparece, é em situações em que interações com indígenas podem ter ocorrido, como quilombos (Guimarães e Lanna, 1980) e engenhos com força de trabalho híbrida (Souza e Symanski, 2009). Apesar dessa influência clara, alguns traços distintivos puderam ser observados nas inclusões, quando comparados ao que sabemos da cerâmica pré-colonial. Por exemplo, é sabido que na cerâmica Tupiguarani os antiplásticos eram pouco cuidados, aparecendo sob a forma de grãos minerais grossos e irregulares, incluindo aqueles produzidos pelos Tupinambá (Brochado, 1991, p. 291). Nesse período, no entanto, apresentaram-se predominantemente com homogeneidade satisfatória ou boa (88% dos casos, segundo a classificação de Orton e Hughes, 2003, p. 284), aproximando-se, nesse caso, do que mais frequentemente é encontrado nas cerâmicas históricas.

As formas são também informativas. Entre os fragmentos desse período estão quatro vasos que, acreditamos, têm morfologia indígena clara (Figura 5, formas 1 a 4; para as variações estilísticas identificadas nessas e em outras formas aqui descritas, ver Trindade, 2021). Na cerâmica Tupiguarani, esse tipo de forma inclui desde potes, tigelas e panelas até grandes

vasos com ombro e pescoço, cuja capacidade volumétrica, variadíssima, oscila entre menos de um e mais de 100 litros (Schmitz, 2010, p. 8). A forma 2 é um caso em questão, uma vez que se assemelha àquela descrita como caçarola. Esse é o caso também das formas 3 e 4, que são semelhantes às descritas como prato ou tigela (La Salvia e Brochado, 1989; Brochado e Monticelli, 1994; Scatamacchia, 2010). Soma-se a essas evidências a presença de reforço externo nas bordas, frequente principalmente nas formas 2 e 3. Esses reforços, muito comuns nas cerâmicas indígenas (La Salvia e Brochado, 1989; Chmyz, 1976), não são costumeiramente encontrados em cerâmicas históricas.

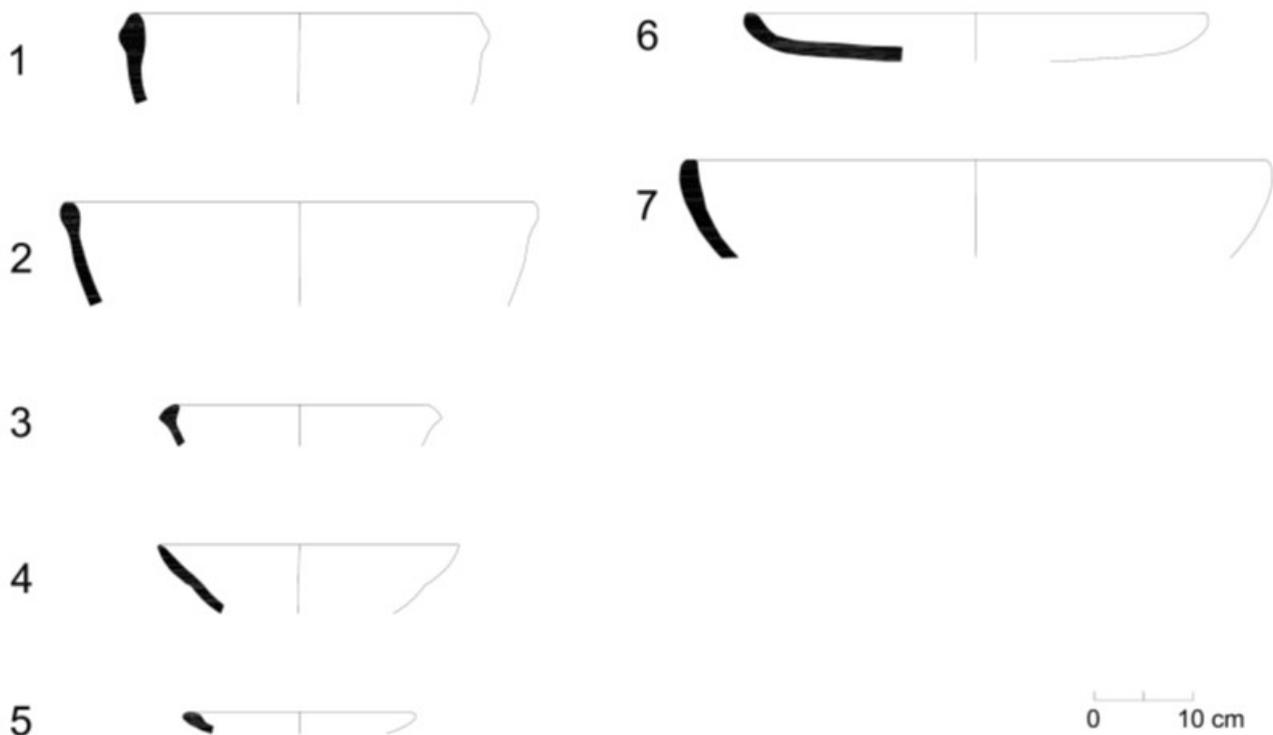


Figura 5 – Formas identificadas nos Períodos 1 e 2 com influências indígenas.

Do ponto de vista da decoração, as influências indígenas também puderam ser percebidas, sobretudo nas técnicas. Exemplos das decorações identificadas nos vasilhames do período incluem peças com banho vermelho interno e decorações incisas, desenhos vermelhos sobre engobe branco (Figura 6 A), bandas vermelhas sobre engobe branco (encontrados nas formas 2 e 3; Figura 6 B e C) e desenhos vermelhos com escamas sobre engobe branco (forma 4; Figura 6 D) (cf. Prous, 2010, p. 136, 144). Somando-se ao uso combinado de engobe e pintura, as panelas de borda restrita, de modo geral, apresentaram decorações plásticas que têm tipos particulares de corrugado, escovado, serrungulado, espatulado, digitado, digitungulado e beliscado (Figura 6 E-H) que procuram preservar alguns dos padrões da cerâmica Tupiguarani (cf. La Salvia e Brochado, 1989).



Figura 6 – Exemplos de Decorações cerâmicas do Período 1. A) desenho vermelho em semicírculos concêntricos sobre engobe branco; B-C) banda vermelha sobre engobe branco; D) desenho vermelho com escamas sobre engobe branco; E) corrugado imbricado com lábio digitado; F) corrugado perpendicular com borda digitada; G) espatulado curto diagonal; H) beliscado. Fora de escala. Fotografias: Cleide Coelho Trindade.

Enquanto essas influências nos parecem claras, verificamos, por outro lado, algumas simplificações de padrões antes conhecidos e que foram modificados a partir de técnicas familiares. Enquanto nos vasilhames Tupiguarani a decoração plástica tendia a ser aplicada em todo o bojo, nesse período ela foi reduzida a uma ou, no máximo, três linhas horizontais contínuas. Dentro desse estilo foram verificadas decorações em espatulado (Figura 6 G), exciso, arrastado, digitado, digitungulado, beliscado (Figura 6 H) e digitungulado-beliscado. A exceção coube aos corrugados, que ocasionalmente recobriam toda a superfície do vasilhame.

Apesar de termos verificado claras influências indígenas nesse período, outras se combinaram a elas. De acordo com Albuquerque (2010, p. 75), a cerâmica Tupiguarani datada de épocas posteriores ao contato com os europeus na região Nordeste sofreu modificações em relação à decoração, adquirindo novos aspectos decorativos, tais como o desenho de linhas finas paralelas e circulares vermelhas sobre engobe branco, que são similares a desenhos aplicados na faiança portuguesa composta por desenhos curvilíneos vermelhos com ponteados de cor branca. Detalhes que seguem essa inclinação foram notados nas cerâmicas do Vale do Macacu. Nos fragmentos de pratos, por exemplo, verificaram-se combinações de forma europeia com decoração crômica vermelha sobre engobe branco, algumas delas com fitomórficos que parecem se assemelhar a algumas decorações das faianças europeias (Figura 7 A). Outros apresentaram semicírculos sucessivos emoldurados (Figura 7 B). Verificaram-se ainda vasilhames com desenhos que parecem exprimir convergências igualmente interessantes, como o exemplo da Figura 6 D, que se assemelha tanto ao padrão das faianças portuguesas conhecido como “contas” (Gomes, 2011, p. 108-109) como ao padrão da cerâmica Tupiguarani conhecido como “escama” (Prous, 2010, p. 144).

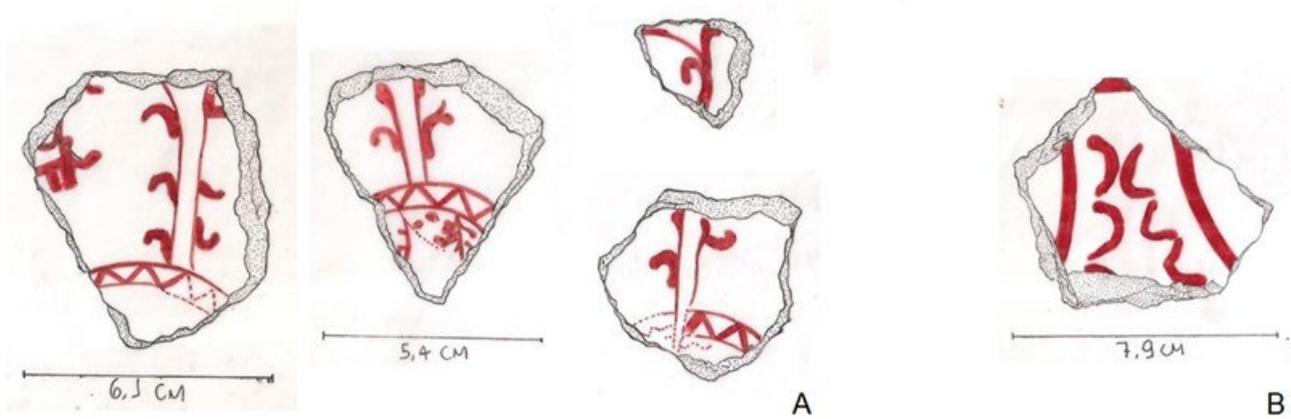


Figura 7 – Fragmentos de bojos de pratos com desenhos em cor vermelha sobre engobe branco. A) desenho fitomorfo combinado a ziguezague; B) desenho com semicírculos emoldurados. Desenhos: Reyckel Diniz de Araújo.

É importante mencionar também outros exemplos de pratos com forma europeia e decoração crômica. Na Figura 8 A, se vê um prato com decoração feita com desenho vermelho e preto sobre engobe branco com faixas estilizadas que lembra o padrão de semicírculos concêntricos, usado em diferentes suportes materiais na Europa. Na Figura 8 B, se vê outro exemplo. Aí, forma e técnica se repetem. No entanto, o desenho se assemelha a um padrão da cerâmica Tupiguarani que Prous (2010, p. 139) denominou quadrados fechados, que aparecem em preto nesse fragmento. É interessante notar que se sobrepõem a ele formas em “X” em vermelho, que não parecem ser conhecidas nessa cerâmica. Um último exemplo de prato de forma europeia é apresentado na Figura 8 C, em que se vê o mesmo emprego da banda vermelha, mas agora com uma sequência em “X” sucessivos.

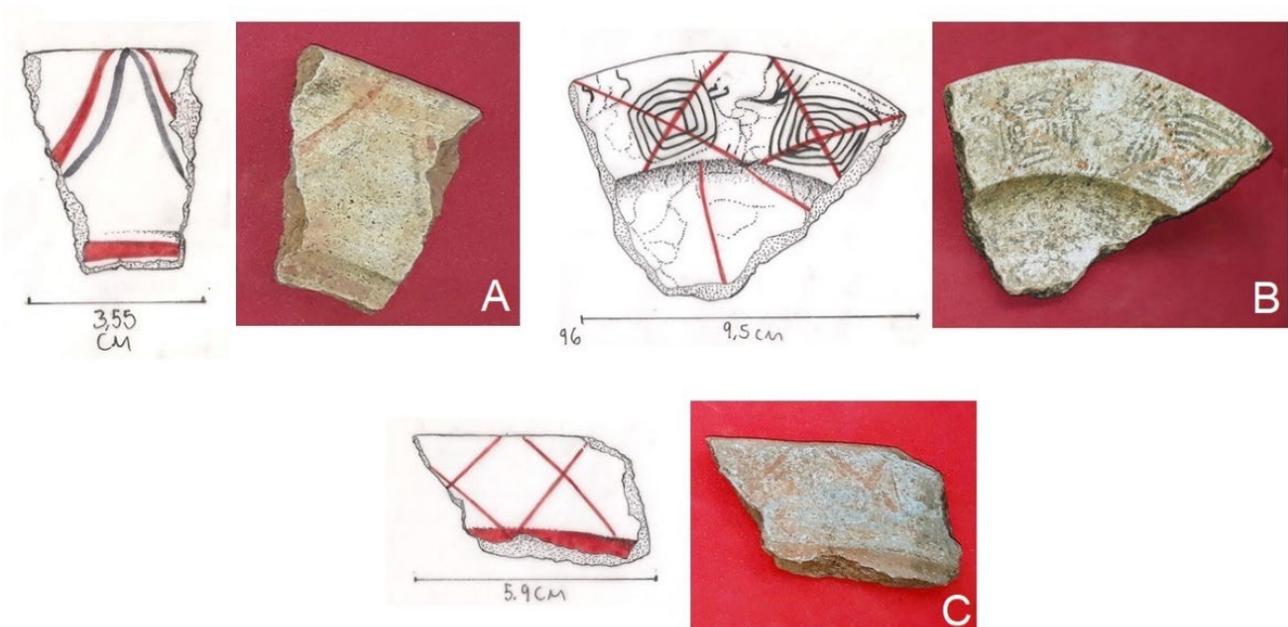


Figura 8 – Pratos de forma europeia com decoração crômica. A) pintura vermelha e preta sobre engobe branco com semicírculos concêntricos; B) quadrados concêntricos em preto com “X” sobrepostos em vermelho; C) sequências de “X”. Fotografias: Cleide Coelho Trindade; desenhos: Reyckel Diniz de Araújo.

Ainda em relação a essas composições, uma situação que merece ser observada diz respeito às asas e alças. De clara influência europeia, vêm sendo há muito apontadas como sendo características da cerâmica histórica (Dias Jr., 1988). No estado do Rio de Janeiro, elas foram encontradas em aldeias indígenas quinhentistas (Cordeiro et al., 2019, p. 234-235), indicando sua penetração em contextos históricos antigos. Na cerâmica do Vale do Macacu desse período, apresentaram uma diversidade de decorações plásticas com variações de digitados, estabelecendo espaço para os dedos em hastes lisas que remetem a modos de fazer indígenas e cuja feição se assemelha a outras encontradas em contextos do mesmo período no Rio de Janeiro (Azevedo, 2019, p. 89-103).

Influências portuguesas fizeram-se sentir também no uso de tampas, cuja forma tem a feição dos conhecidos testos portugueses usados no século XVII, que possuíam forma côncava e um pegador na parte central (e.g. Cardoso e Rodrigues, 1997, p. 270-271).

Dentro dessas práticas, aparecem ainda influências que podem ter estado associadas a africanos, algumas vezes se interpondo às demais. No desenho apresentado nas Figuras 7 A, por exemplo, os fragmentos de bojo de um prato incluem a presença de ziguezagues, muito comuns nas expressões materiais desse grupo, assim como um tipo de fitomorfo comum popular entre eles (Souza, 2002; Souza e Symanski, 2009). As sucessões de “X” mostrados na Figura 8 podem estar também ligados a esse tipo de influência.

Conforme mencionado, uma grande diversidade está presente nas vasilhas desse período. As técnicas de manufatura empregadas, decorações e formas demonstram manutenção das práticas artesanais indígenas, que permaneceram com muitas das suas tradições originais, mas adaptadas em um novo contexto e negociadas com outros agentes por meio de composições. Essas situações retratam a ação criativa dos sujeitos envolvidos na produção cerâmica, estabelecida nos momentos de compartilhamento da vida cotidiana. Os grupos de oleiras/oleiros estavam se influenciando mutuamente e interagindo a partir de referenciais presentes na sua memória, dando origem a um entrelaçamento que se materializava nos vasilhames, algo que, em outros conjuntos de relações, irá se repetir nos períodos seguintes. Essas práticas ligaram-se a um ambiente em que a confluência entre o “eu” e o “outro” se impunha, ao mesmo tempo que exigia a negociação das diferenças.

Período 2: c.1630-1680

Nesse período, a amostra cerâmica mostrou-se menos exuberante e diversificada quando comparada à do período anterior. Todavia, e apesar de a chegada de africanos continuar ocorrendo, as evidências encontradas indicam que as influências indígenas permaneceram significativas. Especialmente na área E1 do sítio Morro do Sol, que pode ter tido uma continuidade geracional de cativos indígenas, essas influências podem ser reconhecidas de forma marcante.

Essa continuidade em relação ao período anterior é clara, podendo ser verificada em muitos aspectos empregados na tecnologia dos vasilhames. A preferência por um tipo de queima

feito em atmosfera oxidante e a céu aberto, bem como a presença de inclusões minerais tendendo a arredondadas, ocorreu no Período 1 e no Período 2. O caco moído não apenas permaneceu sendo usado como também se tornou mais frequente (24% da amostra, contra 15% no período anterior). Prosseguiu também a tendência de inclusões com homogeneidade satisfatória ou boa (79% dos casos).

Essa continuidade verifica-se também nas formas dos recipientes, que continuaram apresentando influências que podem ser relacionadas à cerâmica Tupiguarani (Figura 5, formas 1, 3 e 5). Esse conjunto incluiu, notadamente, os assadores de mandioca (formas 6 e 7).

O mesmo se verificou nas decorações, que, embora menos frequentes, tiveram também associações evidentes com a cerâmica Tupiguarani. Os fragmentos exumados desse período apresentaram bandas e linhas vermelhas sobre engobe branco com algumas variações novas, cujo ineditismo atribuímos à criatividade das/dos oleiras/oleiros. Nesse período, a continuidade no uso da decoração com desenhos vermelhos sobre engobe branco aparece com alguma mudança em relação à decoração mais antiga, já que parece ter sofrido alguma simplificação. Não obstante, alguns motivos se mantiveram. O banho monocromático branco e, principalmente, o emprego das cores vermelha, laranja, marrom e preto, tanto por meio do uso do engobe combinado a pinturas quanto da colocação de frisos, apareceram com maior frequência em relação ao Período 1 e são exemplos da afirmação dessa influência (Figura 9 A e B).



Figura 9 – Fragmentos de vasilhames com decoração crômica e plástica. A) parte interna com friso vermelho, contorno e traços preto; B) parte interna com friso vermelho; C) corrugado clássico; D) digitado arrastado; E) unglulado; F) inciso curtos em ‘V’ invertido com pontos na parte central. Fora de escala. Fotografias: Cleide Coelho Trindade.

Os assadores continuaram exibindo também decorações com clara inspiração indígena, apresentando lábios decorados e diferentes tipos de corrugados (Figura 9 C), semelhantes aos descritos por La Salvia e Brochado para a cerâmica Guarani (1989, p. 47, 49, 141-142) e muitas vezes combinados a sequencias contínuas de digitados ou digitungulados ornando a borda. As decorações das vasilhas usadas no preparo de alimentos também mostraram certas continuidades em relação ao Período 1, apresentando beliscados, ungulados e digitados, que aparecem sempre em disposição horizontal contínua no pescoço ou bojo superior (Figura 9 D e E).

Somam-se a esse conjunto as asas e alças, que se apresentaram com muitas decorações, tendo ainda maior diversidade de motivos em relação ao período anterior. Como no caso das vasilhas de preparo, possuem também digitados, digitungulados e ungulados, além de excisos e banho vermelho ou marrom, sugerindo, igualmente, a manutenção de influências indígenas.

Apesar dessa predominância, e assim como se constatou para o período anterior, algumas decorações parecem escapar à gramática comumente verificada na cerâmica Tupiguarani, como um desenho que, composto por figuras geométricas com “V” invertidos (Figura 9 F), se assemelham àquelas encontradas em contextos em que há a presença de africanos escravizados (e.g. Symanski, 2010, p. 302).

Nas formas de pães de açúcar e nos recipientes de estocagem, as decorações, quando apareceram, mostraram-se distintas, resumindo-se a linhas excisas feitas por incisão na parte da borda. A exemplo do que ocorre em contextos datados entre a segunda metade do século XVII e início do século XVIII no Rio de Janeiro (Souza e Lima, 2017), possuem, na parte interna, um banho vermelho.

Período 3: c.1650-1700

Quando comparado aos demais períodos, o Período 3 apresentou uma quantidade menor de fragmentos cerâmicos. Apesar disso, retrata mudanças importantes. Conforme nos indicaram os dados analisados, apresentou uma ruptura com os dois anteriores, já que, por um lado, a incidência de vasilhames com influências indígenas claras desapareceu e, por outro, surgiram indícios de novas práticas na produção cerâmica. Importa notar que, embora nesse período a cerâmica difira de forma sensível da do período anterior, o Período 3 tem uma cronologia apenas ligeiramente mais adiantada no tempo. Reputamos, portanto, esse como um momento crucial no contexto das transformações ocorridas, que, acreditamos, se processaram com maior intensidade no transcorrer da segunda metade do século XVII, sobretudo no seu último quarto.

As mudanças são bastante visíveis nos aspectos ligados à tecnologia empregada na confecção dos vasilhames. Em relação às inclusões, houve o quase total desaparecimento do caco moído e do carvão, que também era usado em períodos anteriores, ainda que em menor frequência, passando as peças a contar quase exclusivamente com inclusões minerais (99% da amostra), destacadamente o quartzo. Além disso, os minerais mudaram sua angulação, tornando-se muito arestados, o que pode indicar mudanças tanto no tipo de antiplástico empregado

quanto na fonte de argila utilizada. Notamos que a presença quase absoluta de minerais é uma característica reconhecidamente marcante de sítios com presença africana no Rio de Janeiro (Souza e Lima, 2017) e em outras regiões (e.g. Souza, 2002; Souza e Symanski, 2009). Curiosamente, nesse momento as inclusões passaram a ter, predominantemente, uma homogeneidade pobre (65% dos casos).

As mudanças são ainda mais evidentes quando analisamos as decorações, cuja incidência teve uma queda drástica nesse momento. No Período 1, 77% dos fragmentos eram decorados; no Período 2, esse percentual caiu para 57%; e no Período 3 despencou para 27%. O mesmo aconteceu com as decorações das asas e alças, que apresentaram índices semelhantes para os mesmos períodos. Quando presentes, as decorações foram majoritariamente empregadas nos vasilhames de estocagem e de armazenamento de líquidos, que apresentaram banho vermelho, algumas vezes combinado a faixas excisas horizontais ou franjas com apliques digitados (Figura 10 B). Essas e outras decorações verificadas tenderam a seguir uma estética distinta, muito mais simplificada e sem elementos indígenas evidentes. Ao contrário do que foi verificado nos períodos anteriores, parecem pender para uma estética portuguesa, incluindo, destacadamente, franjas que formam uma espécie de babado (Figura 10), comuns nesse período em Portugal (eg. Diogo e Trindade, 2000).

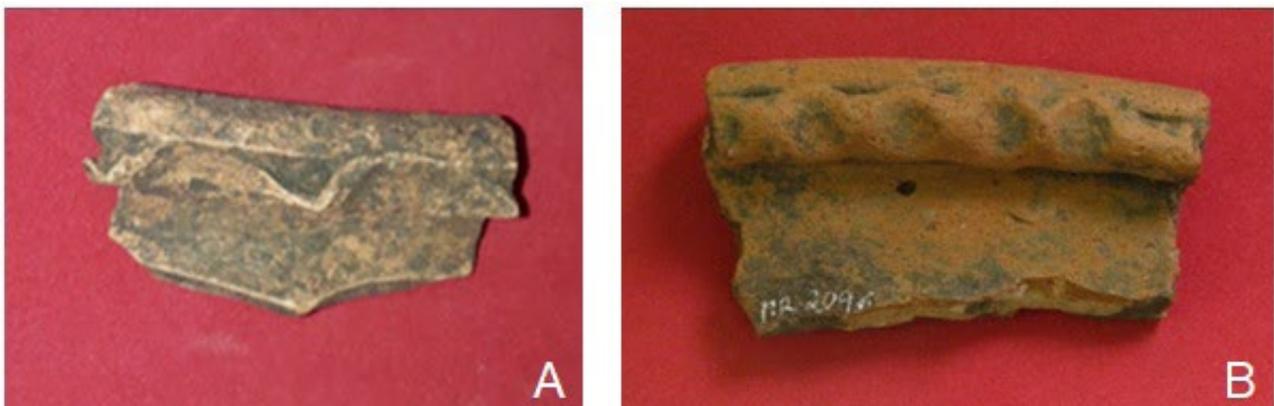


Figura 10 – Fragmentos decorados do período 3. A) borda de vasilhame de armazenamento de líquido com decoração formando babado; B) borda de vasilhame de armazenamento de sólido com alicate digitado. Fora de escala. Fotografias: Cleide Coelho Trindade.

As mudanças verificadas se estendem à forma e função dos recipientes. Nesse período, algumas comumente usadas no preparo desapareceram, como as formas 9 e 10 (Figura 11), enquanto outras ganharam popularidade, como a forma 8 (Figura 11). O mesmo foi verificado nas vasilhas usadas no serviço e consumo de alimentos, desaparecendo formas como os pratos e surgindo outras, como os jarros. Nesse conjunto destacaram-se alguns vasilhames cujas formas parecem ter recebido influências portuguesas mais diretas. Dentre os que foram encontrados nesse período, destacamos uma panela de borda restrita com alça dupla que se assemelha a uma caçoula portuguesa (Figura 12).



Figura 11 – Algumas formas cerâmicas populares entre os Períodos 1 e 4.

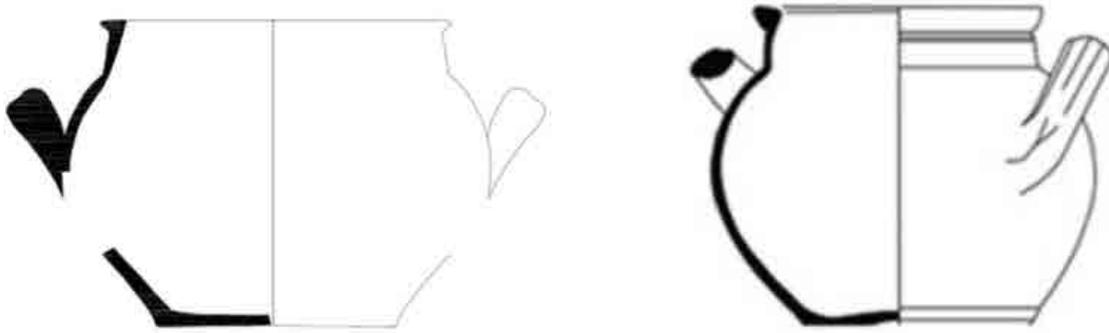


Figura 12 – À esquerda: panela proveniente do sítio Macacu II; à direita: caçoula portuguesa (Fonte da imagem à direita: Bugalhão e Coelho, 2017, p. 123).

Esses dados sinalizam uma mudança significativa na configuração dos vasilhames cerâmicos usados na região, que coincide com um período no qual se processaram também mudanças na composição demográfica da população cativa que aí vivia. Foi nessa época que a escravidão africana se intensificou e possivelmente sobrepujou a indígena. Nesse sentido, e considerando esses movimentos, acreditamos que as variações encontradas nesse período estejam associadas a transformações na composição demográfica dos cativos.

Período 4: c.1670-1800

O último período analisado cobre um intervalo muito longo e superior aos demais. Suas datas médias sugerem uma maior intensidade de deposição no último quarto do século XVII e, desse modo, aproximando-o do anterior. Todavia, cobre uma faixa temporal ampla que se estende por todo o século XVIII, permitindo um vislumbre da consolidação de algumas das mudanças ocorridas e a introdução de outras.

Esse processo é bastante visível na dimensão tecnológica. Uma das situações de maior destaque é a curva ascendente na popularização do uso do torno. No Período 1, apenas 11% dos vasilhames eram confeccionados por esse meio; no Período 2, passou a 14%; no Período 3, a 15% e no Período 4 saltou para 25%. Conforme notaram Souza e Lima (2017, p. 43), a importância crescente desse tipo de técnica sugere uma produção de utensílios cerâmicos estruturada e em maior escala, já que no Brasil ela é característica de centros urbanos cosmopolitas. Acreditamos, nesse sentido, que essa produção acompanhou a estruturação e consolidação do Rio de Janeiro como um centro colonial de relevância no universo do ultramar português. Outras variáveis tecnológicas, como a presença quase exclusiva de inclusões minerais e angulação e homogeneidade pobres, foram mantidas nesse período, sugerindo a consolidação de algumas preferências surgidas no anterior.

As formas mostraram também tendências distintas em relação aos períodos mais antigos. Uma delas foi o maior número de vasilhames usados no preparo de alimentos, cuja incidência passou de 40% no Período 1 para 67% no Período 4; por outro lado, decresceram progressivamente em importância aqueles usados no serviço e consumo de alimentos, que passaram de 15% no Período 1 para apenas 2% no Período 4, o que pode ser justificado pela popularização das faianças portuguesas e porcelanas chinesas de baixo custo (Noël Hume, 1969, p.257-265). Algumas preferências novas foram verificadas também, como a popularização da forma 11 (Figura 11), que antes não ultrapassava 3% em popularidade no conjunto formado pelos vasilhames usados no preparo de alimentos e nesse período saltou para 31%. Por assemelhar-se à forma 8, popular no período anterior, pode ter representado o seu aprimoramento. Uma mudança também verificada diz respeito às tampas, que passaram a ser predominantemente planas, seguindo uma tendência que parece ter se repetido em contextos setecentistas de outras regiões, como o Centro-Oeste (Souza, 2000; Souza e Symanski, 2009).

Não obstante, e assim como ocorreu na dimensão tecnológica, a mudança coexistiu com a continuidade, o que é especialmente verdadeiro para as formas. Um caso importante a observar é a notável persistência, na região, de painéis globulares (Figura 11, forma 12), que parecem ter se consolidado como preferência no Rio de Janeiro e cuja popularidade pôde ser verificada desde os momentos mais antigos da ocupação regional. Comum nos mais diversos contextos atlânticos, incluindo o universo da cerâmica Tupiguarani (e.g. Chmyz, 1976, p. 16; La Salvia e Brochado, 1989, p. 31), essa forma foi verificada, à exceção do Período 3, com altos índices de popularidade (30% no Período 1, 35% no Período 2, 17% no Período 3 e 32% no Período 4). Com presença conspícua também em contextos urbanos de fins do século XVII e primeira metade do século XVIII (Souza e Lima, 2017), parece ter tido grande longevidade, adentrando, inclusive, o século XIX.

É evidente nesse período o quase total desaparecimento de influências relacionadas à cerâmica Tupiguarani, o que foi notado nas dimensões tecnológica, formal e decorativa. No que se refere às decorações, manteve-se a sua baixa incidência (70% de peças sem decoração). Quando presentes, mostraram-se esquemáticas e simplificadas, o que coincide com o que foi notado para a cidade do Rio de Janeiro no mesmo período (Souza e Lima, 2017). No Vale do Macacu,

foram observadas majoritariamente decorações feitas por incisões horizontais em padrões retos e curvilíneos circundando a peça, que, segundo diferentes pesquisadores (Agostini, 1998; Souza e Lima, 2017), no Rio de Janeiro estão relacionadas a escravizados, além de acanalados feitos com os dedos e banho vermelho na parte interior dos recipientes de estocagem. Dos períodos anteriores, vêm as decorações em franjas contínuas digitadas e algumas com decoração corrugada, que persistiram nos assadores, o que é uma tendência verificada também para outras regiões brasileiras (Souza, 2010).

Quando comparada a períodos anteriores, a diversidade desse conjunto é pequena. No entanto, os vasilhames encontrados mostraram preferências que se apresentaram ora como inovações, ora como continuidades, expressando técnicas e estilos conhecidos dos agentes que continuaram interagindo de forma criativa. Uma observação aguçada desses vasilhames capta o que consideramos a mudança mais visível desse material, iniciada no Período 3 e consolidada no Período 4: a redução e quase abandono de elementos tradicionalmente associados aos grupos indígenas. Conforme já assinalado, acreditamos que isso ocorreu em função de mudanças na composição demográfica da região e da introdução mais efetiva de preferências relacionadas a africanos. Ao se estabelecerem com presença mais significativa, esses sujeitos hibridizaram suas práticas com aquelas que já eram conhecidas e praticadas por outros sujeitos.

CONCLUSÃO

Os dados da região do Vale do Macacu analisados mostram dois aspectos que, no nosso entendimento, têm enorme relevância para melhor compreender as experiências das pessoas escravizadas no universo colonial brasileiro e, em particular, no Rio de Janeiro. O primeiro relaciona-se à variabilidade, a nosso ver, expressiva, verificada em uma escala diacrônica, com influências culturais particulares, relacionadas aos diferentes agentes que ocuparam a região. O segundo, refere-se a um enclave situado no Período 3 (c.1650-1700), no qual mudanças mais profundas parecem ter operado.

Em relação à diacronia observada, notamos, na nossa análise, uma fortíssima influência cultural indígena no Período 1. Essa influência foi claramente perceptível nas dimensões decorativa, tecnológica e funcional. No Período 2, observou-se certa continuidade dessa tendência. Ligando-se a uma fase na qual predominou a escravidão indígena, bem como na qual havia a presença de um aldeamento na região – o que certamente propiciou maior nível de interações entre indígenas –, notamos um desejo de essas pessoas se fazerem representar por meio de referenciais culturais antes estabelecidos. Apesar dessas influências, notamos a permeabilidade seletiva a elementos europeus e africanos, produto de negociações culturais.

O enclave identificado a partir do Período 3 indica um processo de mudanças significativas na produção e no uso da cerâmica utilitária que se mostraram, naquele momento, mais salientes. Essas mudanças, transcorridas ao longo da segunda metade do século XVII, coincidem com o

incremento paulatino da chegada de africanos ao Rio de Janeiro, que podem ter introduzido influências próprias de forma mais decisiva a partir desse momento. Esse período foi marcado, ao que parece, por uma fase de mudanças nas técnicas de preparo da pasta cerâmica, incluindo, destacadamente, a popularização do tempero mineral e o abandono do caco moído. De igual modo, desapareceram formas e decorações antes populares. Conforme demonstramos, essa tendência foi consolidada no Período 4, momento em que a chegada de africanos se tornou ainda mais massiva.

Em relação às influências indígenas no fazer cerâmico, é importante notar que elas se associaram à sua relevância demográfica no Rio de Janeiro. Essas influências, que se mantiveram até pelo menos o terceiro quarto do século XVII, sugerem que a presença desses indivíduos se estendeu até esse momento, o que contraria a crença comum em um colapso demográfico da presença indígena no Rio de Janeiro na primeira metade daquele século. Notamos aqui que as evidências de influências indígenas na cerâmica durante boa parte do século XVII não estão limitadas ao Vale do Macacu, tendo sido percebidas também no Engenho do Camorim, localizado na planície de Jacarepaguá, Rio de Janeiro (Peixoto e Lima, 2020). Em relação aos períodos posteriores, acreditamos que os indígenas que continuaram vivendo nessa região persistiram física e culturalmente, só que dentro de novos quadros, interagindo com uma gama mais diversificada de pessoas, que a certa altura se tornaram numericamente mais expressivas. Nesse sentido, as continuidades ocorridas, que coexistiram com as mudanças, expressam antes persistência, possível por meio de negociações culturais e sociais com os novos grupos que chegaram e terminaram por dar origem a novas e inéditas formas de expressão cultural.

As misturas de influências verificadas na cerâmica revelam encontros, trocas culturais e mudanças. A variabilidade encontrada expressa, no nosso entendimento, contextos temporais e culturais que extrapolaram referenciais ancestrais, formando e facilitando interações. Nós as enxergamos como resultado do compartilhamento de práticas construídas no tempo, como produto da agência de diferentes sujeitos, uma agência racionalizada e adaptada por motivações pessoais e coletivas, gerando ações ao mesmo tempo fluidas e aglutinadoras. Dentro de uma estrutura social assimétrica, as/os ceramistas expressaram seus referenciais culturais de modo a agregar, reafirmar e resistir às imposições e restrições impostas pelo contexto colonial. Nesse sentido, entendemos as transformações verificadas na cerâmica como oportunidades de autorrepresentação individual e coletiva, conquistadas nas relações cotidianas.

A criatividade formal, decorativa e tecnológica das cerâmicas, bem como a interatividade a elas relacionadas, evidencia formas de consciência discursiva – que se refere à capacidade de atores sociais conhecerem e controlarem o “por que” e o “como” das suas práticas cotidianas, ainda que isso possa ter ocorrido de forma não objetivada – e de consciência prática – que se refere às ações que permitem a continuidade da vida social (Giddens, 2003). A consciência prática, expressa por meio da cerâmica, extrapolou a capacidade de expressão das palavras num ambiente sem liberdade, visto que refletia um interesse fundamental pelo que se faz, muito mais do que pelo que se diz, relacionando a sabedoria cotidiana dos agentes com a natureza

estrutural do sistema social vigente. Viver nele significou ir adiante, e a ação das/dos ceramistas e das usuárias/dos usuários desses vasilhames as/os tornou agentes importantes na promoção e manutenção de algumas práticas.

As cerâmicas usadas por indígenas, africanos e europeus, e suas mudanças no tempo, nos sugerem a reconfiguração contínua das identidades existentes, construídas numa sucessão de mudanças passadas ao longo do tempo. O resultado desses processos ligou-se à construção de formas culturais inéditas, que podem ser entendidas como um processo de etnogênese, nos termos sugeridos especialmente por Voss (2008) e Symanski e Gomes (2012). Processos dessa ordem, entendemos, não indicam a finitude de culturas como as ameríndias ou as africanas, mas, ao contrário, sua constante atualização.

As mudanças e interações observadas na cerâmica do Vale do Macacu ocorreram no transcurso de mais de 400 anos e certamente foram envoltas em relações de tensão, restrições, constrangimentos e apaziguamentos. Esse quadro exigiu a confluência de pessoas e práticas na elaboração de novos e incondicionais mecanismos de proteção, apoio, conforto e solidariedade. Com o tempo, e à medida que as mudanças se acumularam, a cerâmica do Vale do Macacu continuou caminhando na direção de novas fórmulas e feições. A competência para manter ou adaptar conhecimentos e fazeres indígenas e africanos de forma resistente e persistente foi fator que também alicerçou as particularidades da cultura material vista nos conjuntos cerâmicos. Certamente, a interação com europeus e sua materialidade também foram elementos nessa construção, resultando em práticas materiais ricas e diversas. Assim, referências culturais específicas circularam em pequena escala, mas correlacionadas e ampliadas, de modo a agregar e consolidar grupos e influenciar mudanças. Embora a estrutura social tenha mantido as classes senhoriais e o cativo, os encontros culturais permitiram o entrelaçamento de indivíduos e grupos, assim como frestas de liberdade, construídas paulatinamente, o que fomentou processos emergentes de etnogênese.

Agradecimentos: Somos especialmente gratos a MaDu Gaspar por generosamente nos ter facultado acesso à coleção do Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico do Recôncavo da Guanabara. Agradecemos também a Angela Buarque, MaDu Gaspar, Scott Allen e Silvia Peixoto os comentários que fizeram, em diferentes momentos, aos textos que deram origem a este artigo, incluindo a dissertação de Cleide Trindade. Obviamente, qualquer equívoco ou erro de interpretação é de nossa inteira responsabilidade. Somos gratos também a Lúcia Zanatta Brito, Henrique Vences Barros e Reyckel Diniz de Araújo pelo auxílio prestado nos desenhos e ilustrações; Lúcia Brito colaborou também com a análise das faianças portuguesas, pelo que somos também agradecidos. Agradecemos ainda a Ricardo Jensen a revisão deste texto. A pesquisa foi possível graças à bolsa de mestrado da CAPES concedida a Cleide Trindade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de A. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700): Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio / Rio Prefeitura, 2010.
- AGOSTINI, Camilla. Padrões de decoração em vasilhames cerâmicos do Rio de Janeiro, século XIX. *Revista de Arqueologia*, Belém: v. 11, p. 15-25, 1998.
- ALBUQUERQUE, Marcos. Recipientes cerâmicos de grupos Tupi, no nordeste brasileiro. In: PROUS, A. e LIMA, T. A.. *Os ceramistas Tupiguarani*, v.2. Belo Horizonte: IPHAN, 2010, p.67-89.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb>. Acesso em: novembro 2019
- AZEVEDO, Paula de A. S.. *Do barro às panelas de cozer: variabilidade das cerâmicas artesanais na senzala da Fazenda do Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes - RJ*. Dissertação de mestrado. Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- BANDEIRA, Beatriz. A faiança portuguesa entre os séculos XVII e XIX. *Vestígios: : Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte: v. 7, n. 2, p. 109-144, 2013.
- BELCHIOR, Elysio de O.. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.
- BOXER, Charles. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- BROCHADO, José P.. What did the Tupinambá cook in their vessels? An humble contribution to ethnographic analogy. *Revista de Arqueologia*, Belém: v. 6, p. 40-88, 1991.
- BROCHADO, José P.; MONTICELLI, Gislene. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir dos fragmentos. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.2, p.107-118, 1994.
- BUGALHÃO, Jacinta; COELHO, Inês P.. Cerâmica moderna de Lisboa: proposta tipológica. In: CAESSA, C.; NOZES. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, 2017, p.106-145.
- CANABRAVA, Alice P.. *O comércio português no Rio da Prata*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino. Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do onvento de Na. Sra. da Piedade de Cascais. In: HENRIQUES, F.J.. *Actas do 3o Encontro Nacional de Arqueologia*. Almada, Portugal: Câmara Municipal de Almada, 1997, p.269-288.
- CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, Curitiba: v. 1, n. 1, p. 119-147, 1976.
- CORDEIRO, Jeanne; BUARQUE, Ângela; TÁBOAS, Alice. O sítio Serrano: franceses e tupinambá desconheciam o testamento de Adão. *Revista de Arqueologia*, Belém: v. 32, n. 2, p. 225-238, 2019.
- DIAS JR., Ondemar. A cerâmica neo-brasileira. *Arqueo-IAB, Textos Avulsos*, Rio de Janeiro: v. 1, p.

3-13, 1988.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura. Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: v. 3, n. 2, p. 201-235, 2000.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V.; SILVA, Daniel D. da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, Rio de Janeiro: v. 31, p. 83-126, 2004.

GASPAR, Maria D.. Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico das áreas 1 e 2 do COMPERJ. Relatório Parcial 11. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

GASPAR, Maria D.. Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico das áreas 1 e 2 do COMPERJ. Relatórios Parciais 18 e 20. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

GASPAR, Maria D.. Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico das áreas 1 e 2 do COMPERJ. Relatório final. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

GASPAR, Maria D.. Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico das áreas 1 e 2 do COMPERJ. Relatório Final do Sítio Visconde. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

GIDDENS, Antony. *A constituição da sociedade*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES, João P. O.. *Faiança portuguesa na capital do Brasil seiscentista*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

GUIMARÃES, Carlos M.; LANNA, Ana L. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. *Pesquisas, Antropologia*, Curitiba: v. 31, p. 147-164, 1980.

KNIVET, Antony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Antony Knivet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José P.. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral*. Porto Alegre: Editôra da UFRGS, 2013.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. Brasília: Brasiliiana, 1980.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOËL HUME, Ivor. *A guide to artifacts of colonial America*. New York: Knopf, 1969.

ORTON, Clive; HUGHES, Michael. *Pottery in archaeology*. 2ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Peixoto, Sílvia A.; Lima, Tania A.. Engenho do Camorim: arqueologia de um espaço açucareiro no

Rio de Janeiro seiscentista. *Revista de Arqueologia*, v. 33, p.98-125, 2020.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa confederação Tamoio. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 401-433, 2010.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

PROUS, André. Pintura na cerâmica Tupiguarani. In: PROUS, A. e LIMA, T. A. (Ed.). *Os ceramistas Tupiguarani*, V.2. Belo Horizonte: IPHAN, 2010. p.200-216.

RICE, Prudence M. *Pottery analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. de. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Belo Horizonte: Mineiriana, 2014.

SCATAMACCHIA, Maria C. M. Considerações sobre a distribuição das sociedades tribais de filiação linguística Tupi-Guarani no estado de São Paulo. In: PROUS, A. e LIMA, T. A. (Ed.). *Os ceramistas Tupiguarani*, V.1. Belo Horizonte: IPHAN, 2010. p.117-147.

SCHMITZ, Pedro I.. A decoração plástica na cerâmica da tradição Tupiguarani. In: PROUS, A. e LIMA, T. A. (Ed.). *Os ceramistas Tupiguarani*, V.2. Secondary A decoração plástica na cerâmica da tradição Tupiguarani. Belo Horizonte: IPHAN, 2010. p.7-26.

SOUTH, Stanley A. Evolution and Horizon as Revealed in Ceramic Analysis in Historical Archaeology. *The Conference on Historical Site Archaeology Papers*, North Carolina, Estados Unidos: v. 6, p. 71-116, 1972.

SOUZA, Marcos A. T. de. Ouro Fino. Arqueologia histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás. Dissertação de mestrado. Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

SOUZA, Marcos A. T. de. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: ZARANKIN, A. e SENATORE, M. X. (Ed.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul. Cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002. p.63-85.

SOUZA, Marcos A. T. de. Divisões sociais, utensílios cerâmicos e o preparo da farinha de mandioca no Brasil colonial. *Clio. Série Arqueológica*, Recife: v. 25, p. 97-127, 2010.

SOUZA, Marcos A. T. de. Por uma arqueologia da criatividade: Estratégias e significações da cultura material utilizada pelos escravos no Brasil. In: AGOSTINI, C. (Ed.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2013. p.11-36.

SOUZA, Marcos A. T. de; LIMA, Tania A. Hibridismo e inovação em cerâmicas coloniais do Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII. *Urbana: Revista Latinoamericana de Arqueologia e Historia de las Ciudades*, Buenos Aires: v. 5, p. 21-60, 2017.

SOUZA, Marcos A. T. de; SYMANSKI, Luis C. P. Slave communities and pottery variability in Western Brazil: The plantations of Chapada dos Guimarães. *International Journal of Historical Archaeology*, Illinois: v. 13, n. 4, p. 513-548, 2009.

SOUZA, Marcos A. T. de; TRINDADE, Cleide Coelho. Datação das faianças portuguesas provenientes de áreas selecionadas dos sítios arqueológicos Macacu 2, Macacu 4, Morro do Sol e Visconde Leste (Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro: 10, 2021.

- SPIX, J. B. Von e MARTIUS, Carl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. V.1. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1981.
- SYMANSKI, Luis C. P. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História Unisinos*, São Leopoldo: v. 14, n. 3, p. 294-310, 2010.
- SYMANSKI, Luis C. P.; GOMES, Denise Maria Cavalcante. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: v. 20, n. 2, p. 53-90, 2012.
- TRINDADE, Cleide C.. *Cerâmica utilitária: uma análise de quatro sítios históricos no Vale do Macacu, Recôncavo da Guanabara – RJ*. Dissertação de mestrado. Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- VOSS, Barbara L. *The archaeology of ethnogenesis : race and sexuality in colonial San Francisco*. Berkeley: University of California Press, 2008.

Recebido em: 02/04/2022
Aprovado em: 07/05/2022
Publicado em: 30/06/2022